

**Relatório do Conselho de Administração
à Assembleia-Geral Ordinária de 21 de maio de 2012
RCI Banque**

Caros accionistas,

Convocámos-vos para esta Assembleia-Geral Ordinária para vos prestar contas da atividade da nossa sociedade no exercício decorrido e para submeter à vossa aprovação as contas anuais e as contas consolidadas com fecho em 31 de dezembro de 2011 e para que vos pronuncieis sobre a distribuição dos resultados da sociedade e a renovação do mandato de cinco administradores.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Enquadramento internacional e desempenhos do Grupo Renault

Em 2011, registou-se uma progressão do mercado automóvel mundial de +5,3%. O crescimento das vendas do Grupo assentou no mercado internacional. O mercado europeu manteve-se estável (-0,5%).

Neste contexto, o Grupo Renault bateu o seu recorde de vendas de 2010 com 2.722.062 unidades vendidas (+3,6% ou seja +94.697 veículos), isto apesar dos grandes condicionalismos de abastecimento e das perturbações associadas ao maremoto no Japão, que penalizaram a atividade comercial até ao final de agosto. O Grupo conseguiu uma cota do mercado mundial à altura de 3,6%.

Na Europa, o Grupo atingiu uma quota de mercado de 10,1% com um volume de vendas de 1.549.376 unidades (-5,7%).

Fora da Europa, o Grupo tirou partido do dinamismo dos mercados (+6,2%) para prosseguir com sucesso a sua internacionalização. As vendas do Grupo cresceram 19,2% com 1.172.686 unidades, pelo que as vendas fora da Europa atingiram 43% do total (37% em 2010).

A Renault preparou o futuro com o lançamento, no final de 2011, de uma gama de veículos de Emissão Zero: Fluence Z.E. e Kangoo Z.E. A carrinha elétrica, que acaba de ser eleita "*International Van of the Year 2012*", foi escolhida por 19 grandes empresas francesas (vitória num concurso para fornecimento de 15.600 unidades).

Neste contexto, também o grupo RCI Banque teve um ano recorde, ultrapassando o patamar dos 11 mil milhões EUR de novos financiamentos (exceto cartões de crédito e empréstimos pessoais) e registando uma variação de +11% relativamente a 2010. No exercício, foram celebrados 1.024.771 contratos de veículos (+7,5%).

Factos relevantes do RCI Banque

Foi num ano internacionalmente difícil (maremoto no Japão, crise financeira, etc.), que o grupo RCI Banque obteve um desempenho recorde, com novos financiamentos (exceto cartões de crédito e empréstimos pessoais) acima dos 11 mil milhões EUR e um crescimento de 11% em relação a 2010. No exercício de 2011, foram celebrados 1.024.771 contratos de veículos, o que corresponde a +7,5%.

A taxa de intervenção do grupo situa-se à altura de 33,6%, uma progressão de dois pontos em relação a 2010, devido, em particular, a avanços muito marcantes nas marcas Dacia (29,5% em 2011 contra 25,6% em 2010) e Nissan (28,8% em 2011 contra 25,8% em 2010). Também a marca Renault ganhou 1,4 pontos com uma taxa de intervenção de 34,4%.

Os montantes líquidos de financiamento das vendas subiram 13% de 24,5 mil milhões EUR para 2,17 mil milhões EUR no final de 2010. Os créditos líquidos em Clientes fixaram-se nos 18,2 mil milhões EUR, um aumento de 8% relativamente a 2010.

Em 2011, o RCI Banque abriu uma sucursal na Irlanda e concretizou etapas essenciais dos seus projetos na Turquia e na Rússia. Por outro lado, o RCI Banque teve um importante papel no lançamento do programa "veículo elétrico", tornando-se o único operador de locação de baterias do Grupo Renault.

Emissões obrigacionistas:

Em 2011, os mercados tiveram uma evolução muito contrastada. No decurso do primeiro semestre, a forte presença dos investidores obrigacionistas refletiu-se num estreitamento regular dos *spreads* de crédito. As inquietações suscitadas pelas dívidas dos países do sul da Europa ressurgiram no final do semestre e, durante o verão, traduziram-se por uma marcada aversão ao risco materializada em todas as classes de ativos. Todavia, contrariamente ao que se observou em 2008, o mercado obrigacionista manteve-se aberto às obrigações privadas.

O grupo contraiu empréstimos a mais de um ano em montante superior a 7 mil milhões EUR, dos quais 3,35 mil milhões EUR nos mercados obrigacionistas em EUR e 1,8 mil milhões EUR em titularizações. O RCI Banque prosseguiu e acelerou o esforço de diversificação iniciado em 2010, colocando a primeira emissão privada em USD no equivalente a 0,9 mil milhões EUR, a segunda emissão obrigacionista em CHF, a primeira emissão obrigacionista destinada a particulares belgas e a primeira emissão pública de "Letra Financeira" no Brasil na sequência da recente criação deste instrumento pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O grupo também esteve ativo no mercado das emissões privadas em EUR assim como nos mercados obrigacionistas coreano e argentino.

Os montantes obtidos assim como a multiplicidade das origens de liquidez envolvidas demonstram que o RCI Banque dispõe de um acesso estável e diversificado às fontes de financiamento.

Estes recursos de longo prazo, aos quais se juntam 4.423 mil milhões EUR de linhas de crédito bancário confirmadas e não utilizadas e 1.665 mil milhões de garantias elegíveis para operações de política monetária do BCE, permitem assegurar a continuidade da atividade comercial durante oito meses, mesmo num cenário de *stress* com total ausência de novos financiamentos.

Num ambiente complexo e volátil, a prudente política implementada pelo grupo desde há vários anos revelou-se particularmente justificada. Com efeito, ela permite proteger a margem comercial de cada entidade, ao mesmo tempo que garante a segurança de refinanciamento das respetivas atividades. Definida e implementada a um nível consolidado pelo RCI Banque, esta política é válida para todas as entidades de financiamento do grupo.

Atividade comercial do RCI Banque

Taxa de intervenção:

Em 2011, a taxa de intervenção do RCI Banque nas matrículas de veículos novos Renault, Nissan e Dacia na **Região França + Europa** subiu para 33,0% (31,3% em 2010). O desempenho do RCI

Banque na marca Renault foi de 35,4% (34,0% em 2010) e na marca Nissan de 26,6% (23,9% em 2010).

A taxa de intervenção do RCI Banque na **Região Américas** registou uma progressão sensível para 33,4% (31,0% em 2010), graças a uma melhoria repartida equitativamente entre Argentina e Brasil.

A taxa de intervenção do RCI Banque na Coreia do Sul (único país da **Região Ásia-África** em que o RCI se encontra, hoje, presente) progrediu consideravelmente, atingindo o nível recorde de 56,6% (46,1% em 2010).

Finalmente, o desempenho do RCI Banque na **Região Euromed** também melhorou, subindo para 19,9% (13,8% em 2010), com progressos sensíveis tanto na Roménia como em Marrocos.

Novos financiamentos:

Não contando com o segmento cartão de crédito e empréstimos pessoais, o RCI Banque concedeu **11,1 mil milhões EUR em novos financiamentos** em 2011 (contra 10,0 mil milhões EUR em 2010 ou seja um aumento de 10,9%) com 1.024.771 novos processos de financiamento de veículos em 2011 (contra 953.110 contratos-veículo em 2010 ou seja um crescimento de 7,5%).

No perímetro Renault, o grupo RCI Banque realizou **7,4 mil milhões EUR de novos financiamentos** em 2011 (contra 7,1 mil milhões EUR em 2010 ou seja +4,3%).

No perímetro Nissan, o grupo RCI Banque realizou **2,2 mil milhões EUR de novos financiamentos** em 2011 (contra 1,6 mil milhões EUR em 2010 ou seja +37,8%).

No perímetro Dacia, o grupo RCI Banque realizou **779 milhões EUR de novos financiamentos** em 2011 (contra 572 milhões EUR em 2010 ou seja +36,2%).

No perímetro Renault Samsung Motors (unicamente na Coreia do Sul), o grupo RCI Banque realizou **746 milhões EUR de novos financiamentos** em 2011 (contra 770 milhões EUR em 2010 ou seja -3,1%).

Créditos concedidos:

Os créditos concedidos líquidos no final de 2011 ascendiam a **24,5 mil milhões EUR** (contra **21,7 mil milhões EUR** no final de 2010 ou seja +12,7%). Os créditos líquidos em Clientes atingiam 18,2 mil milhões EUR (+8,4% relativamente a 2010). Os créditos líquidos em Redes atingiam 6,3 mil milhões EUR (+27,4% relativamente a 2010).

Resultados do grupo RCI Banque

Em aplicação do regulamento nº 1606/2002 aprovado em 19 de julho de 2002 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo RCI relativas ao exercício de 2009 foram elaboradas em conformidade com o referencial IFRS (*International Financial Reporting Standards*) publicado pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) em 31 de dezembro de 2010 e adotado na União Europeia à data de fecho das contas.

O conjunto das informações sobre a aplicação das normas IFRS consta do anexo às contas consolidadas.

O resultado consolidado antes de impostos do grupo RCI Banque em 2011 monta a 786 milhões EUR contra 704 milhões EUR em 2010 ou seja um aumento de 12%.

O resultado antes de impostos de 2011 inclui +17,7 milhões EUR de elementos não recorrentes.

A continuação do crescimento comercial, o desenvolvimento dos serviços e o sucesso dos planos de controlo do risco implementados durante a crise financeira e económica viabilizaram uma progressão da rentabilidade do grupo.

Em detalhe, a evolução do resultado justifica-se com base nos elementos seguintes:

- o Crédito Produtivo Médio subiu 8,8% de 20.981 milhões EUR em 2010 para 22.820 milhões EUR em 2011; esta subida foi de 7,5% em Clientes e de 12,8% em Redes;
- a margem bruta (exceto serviços) cresceu 57,4 milhões EUR (+4,9% relativamente a 2010);
- a margem nos serviços cresceu 4,6% para atingir 220,8 milhões EUR em 2011;
- os custos de distribuição aumentaram 16,9 milhões EUR em valor absoluto, mas diminuíram para a 1,25% do Crédito Produtivo Médio (1,28% em 2010);
- o custo do risco total (exceto risco de país) prosseguiu a clara melhoria iniciada no exercício anterior, baixando para 0,21% do Crédito Produtivo Médio (0,40% em 2010); o custo do risco Clientes (exceto risco de país) baixou para 0,35% do Crédito Produtivo Médio Clientes (0,59% em 2010); o custo do risco Redes (exceto risco de país) mantém-se um produto, à altura de +0,19%, do Crédito Produtivo Médio Redes; finalmente, o custo de risco Clientes e Redes (incluindo o risco de país) foi de 0,23% do Crédito Produtivo Médio, o que constitui um desempenho histórico para o RCI Banque;
- neste contexto de crescimento, o grupo RCI soube manter sob controlo os seus custos operacionais e estruturais; os custos operacionais aumentaram 16 milhões EUR, mas diminuíram para 1,58% do Crédito Produtivo Médio (-0,06 pontos do que em 2010).

O resultado líquido consolidado (parte do Grupo) ascendeu a 493 milhões EUR em 2011, uma progressão de 5,6% relativamente a 2010 (467 milhões EUR).

Se excluídos os elementos não recorrentes, o ROE estabilizou em 2011 à altura de 23,3% (23,6% em 2010).

Perspetivas

Em 2012, o grupo RCI prevê uma continuação do seu crescimento num mercado automóvel que deverá sofrer uma ligeira contração, particularmente na Europa.

O grupo deverá apoiar-se nos seus atuais eixos de crescimento:

- continuação do crescimento em mercados promissores extra-europeus, nomeadamente no Brasil, como é evidente, mas também graças às suas novas implantações, por exemplo na Rússia e na Turquia;
- continuação do desenvolvimento da oferta de serviços de grupo, nomeadamente a nível de seguros e de novos serviços;
- continuação do desenvolvimento da parceria com a marca Nissan, que, a nível europeu, está no centro da estratégia de fidelização do RCI Banque;

- implantação do veículo elétrico a nível europeu, com destaque para os lançamentos do Twizy e do Zoé.

2012 será, também, um ano marcado pelo lançamento da atividade de Poupança do RCI Banque (caderneta Zesto em França), a qual permitirá alargar a estratégia de diversificação de refinanciamento do grupo e sustentar as suas necessidades a esse nível.

O contexto de crise económica em que os países europeus se encontram desde o verão de 2011, devido à crise das dívidas soberanas, irá reforçar a atenção concedida pelo grupo à evolução do seu custo do risco.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO ESTATUTÁRIO

ATIVIDADE - RESULTADOS DO RCI BANQUE EM 2011

ANÁLISE DO BALANÇO DO RCI BANQUE

Contexto

O total do balanço do RCI Banque ascende a 18,3 mil milhões EUR no final de 2011 contra 16,6 mil milhões EUR no final de 2010, o que representa um aumento de 10%.

Ativo

No ativo, constata-se, nomeadamente, um aumento das operações com Clientes à altura de +2 mil milhões EUR.

Passivo

No passivo, o endividamento aumentou em 1,6 mil milhões EUR. Esta subida explica-se, fundamentalmente, pelo crescimento das Dívidas tituladas (+2,8 mil milhões EUR), parcialmente compensado pela diminuição das Dívidas a instituições de crédito (-1,2 mil milhões EUR).

A situação líquida do RCI Banque ascendia a 1.544 milhões EUR no final de 2011 contra 1.523 milhões EUR no final de 2010.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2011 foi de 369 milhões EUR (contra 283 milhões EUR em 2010 ou seja +30,4%). De notar, nomeadamente, a subida do Produto Líquido Bancário (41 milhões EUR), a subida dos ganhos com ativos imobilizados (44 milhões EUR) e a descida do custo do risco (42 milhões EUR).

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos-vos a seguinte aplicação de resultados:

. Resultado líquido do exercício de 2011	EUR 368 657 706,12
. Resultado transitado de 2010	EUR 796 794 650,36
. Saldo disponível	EUR 1 165 452 356,48
. Dividendos	EUR (250 000 000,00)
. Resultado a transitar de 2011	EUR 915 452 356,48

O conjunto dos dividendos propostos aos acionistas no montante de **250.000.000 EUR** permitirá distribuir um dividendo de **250,00 EUR** por ação:

- ☒ com direito a uma dedução à coleta de 40% no caso das pessoas singulares sujeitas a imposto sobre o rendimento em França, em conformidade com a nova redação do artigo 158-3-2º do *Code général des impôts (código das contribuições e impostos)*;
- ☒ sem dedução à coleta nos restantes casos.

Os dividendos pagos referentes aos três exercícios anteriores foram os seguintes:

referentes ao exercício de 2008, 300 EUR por ação totalmente liberada
referentes ao exercício de 2009, 400 EUR por ação totalmente liberada
referentes ao exercício de 2010, 350 EUR por ação totalmente liberada

Perspetivas

Uma vez que é a Holding que assegura um refinanciamento centralizado das filiais (que representam mais de 85% dos créditos concedidos pelo grupo), os montantes evoluirão, principalmente, em função da atividade comercial dessas filiais.

Por outro lado, a contribuição da RCI Holding para o PLB do RCI Banque deverá ser inferior, devido às despesas associadas ao lançamento do projeto Poupança e a um menor peso do financiamento próprio (-13 milhões EUR).

Em conformidade com o artigo L.233-13 do *Code de Commerce (código das sociedades comerciais)*, informamos-vos que, à data do fecho deste exercício, o RCI Banque detinha 99,99% do capital da DIAC S.A. e que o capital desta sociedade era detido a 99,99% pela RENAULT s.a.s.

Uma vez que os colaboradores da sociedade são funcionários disponibilizados pela filial DIAC, a sociedade não é abrangida pelo artigo L.225-23 do *Code de Commerce* relativo à participação de funcionários no capital.

Em conformidade com os artigos D.441-4 do *Code de Commerce*, apresentamos nos quadros seguintes a decomposição – nas datas de fecho das contas 31/12/2011 e, para comparação, 31/12/2010 – do saldo das dívidas a Fornecedores por data de vencimento.

Em 31/12/2011

Dívidas a fornecedores (em EUR)	Dívidas não vencidas			Dívidas vencidas no fecho das contas	Sem prazo	Total
	1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias			
Dívidas a fornecedores	4 437 564	0	0	0	0	4 437 564
Faturas de fornecedores por receber					10 402 136	10 402 136
Rubrica "Dívidas a fornecedores e contas associadas"	4 437 564	0	0	0	10 402 136	14 839 700

Em 31/12/2010

Dívidas a fornecedores (em EUR)	Dívidas não vencidas			Dívidas vencidas no fecho das contas	Sem prazo	Total
	1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias			
Dívidas a fornecedores	676 919	0	0	0	0	676 919
Faturas de fornecedores por receber					8 916 094	8 916 094
Rubrica "Dívidas a fornecedores e contas associadas"	676 919	0	0	0	8 916 094	9 593 013

Para efeitos das disposições legais, conforme o artigo L.225-102-1 do *Code de Commerce*, apresentamos em anexo ao presente relatório a lista do conjunto dos mandatos e das funções exercidas em toda e qualquer outra sociedade por cada um dos mandatários sociais desta sociedade.

No que respeita às disposições relativas à publicação da remuneração dos mandatários sociais, apresentamos, de seguida, as remunerações e benefícios concedidos pela sociedade-mãe RENAULT s.a.s. a Dominique THORMANN, na qualidade de Diretor Financeiro do Grupo Renault e na qualidade dos mandatos internos que lhe foram confiados, designadamente, o de Presidente e Diretor-geral da sociedade. Esta remuneração compreende uma parte fixa e uma parte variável que é função do desempenho económico do Grupo.

M. Dominique THORMANN

Ano	Componente fixa	Componente variável do ano anterior	Participação nos lucros	Benefícios em espécie (1)	Indemnização de "capital-tempo" (2)	Remuneração paga no decurso do ano
2011						

(1) *Incluindo transportes*

(2) *Lei 2008-11 de 8 de fevereiro de 2007*

Os Revisores Oficiais de Contas da sociedade apresentam-vos, em conformidade com as disposições legais em vigor, os seus relatórios sobre as operações da sociedade (contas anuais e contas consolidadas) assim como os seus relatórios especiais elaborados nos termos dos artigos L225-40 (convenções) e L225-235 al. 5 (relatório do Presidente).

Encontra-se à vossa disposição uma lista das convenções em vigor celebradas em condições normais.

Depois de terem tomado conhecimento dos documentos contabilísticos que vos são apresentados, acompanhados dos respetivos comentários, assim como dos relatórios dos Revisores Oficiais de Contas da sociedade, competir-vos-á deliberar sobre as questões incluídas na agenda:

- relatório do Conselho sobre a gestão do Grupo;
- relatório do Presidente do Conselho de Administração sobre o funcionamento do Conselho e o Controlo Interno;
- relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas consolidadas;
- relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas da sociedade;
- relatórios especiais dos Revisores Oficiais de Contas sobre as convenções e o relatório do Presidente;

- aprovação das contas consolidadas e das contas da sociedade de 2011;
- aplicação dos resultados e determinação dos dividendos;
- aprovação das convenções regulamentadas;
- recondução de cinco administradores (D. Thormann, E. Spielrein, P. Cabrier, B. Loire e F. Aractingi);
- aprovação da gestão dos administradores no exercício decorrido e aprovação final e definitiva relativamente aos administradores Laurence Dors e Simon Thomas;
- procurações para efeitos de formalidades.

O Conselho de Administração

Anexo**Resultado financeiro dos cinco últimos exercícios**

Anos	2007	2008	2009	2010	2011
Capital no final do exercício (em milhares de EUR)					
Capital social	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
Número de ações ordinárias emitidas	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Operações e resultados do exercício (em milhares de EUR)					
Produto líquido bancário	564 098	560 867	734 274	560 048	601 169
Lucros antes de impostos, amortizações e provisões	741 662	444 735	482 679	322 412	407 897
Imposto sobre os lucros	(60 686)	(62 203)	(66 135)	(52 267)	(83 927)
Lucros depois de impostos, amortizações e provisões	448 332	287 045	369 951	282 559	368 656
Resultados distribuídos	300 000	300 000	400 000	350 000	250 000
Resultado por ação (em EUR)					
Lucros depois de impostos e antes de amortizações e provisões	680,98	382,53	416,54	270,15	323,97
Lucros depois de impostos, amortizações e provisões	448,33	287,05	369,95	282,56	368,66
Resultados distribuídos por ação	300,00	300,00	400,00	350,00	250,00
Pessoal					
Quadro médio do exercício	789	911	823	771	808
Massa salarial do exercício	48 856	47 771	43 703	40 025	42 601
Regalias sociais do exercício	14 327	15 216	27 821	16 151	12 956

Não houve pagamento de dividendos antecipados à Renault em 2011.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2011

ÍNDICE

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	3
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. REGRAS E MÉTODOS CONTABILÍSTICOS	14
A) <i>Evolução dos princípios valorimétricos e de apresentação das contas</i>	<i>14</i>
B) <i>Dívidas de clientes</i>	<i>14</i>
C) <i>Operações de leasing e de locação financeira.....</i>	<i>17</i>
D) <i>Títulos de participação, participações em empresas associadas e outros títulos detidos a longo prazo</i>	<i>17</i>
E) <i>Dívida pública e títulos similares e Obrigações, ações e outros títulos de rendimento fixo ou variável</i>	<i>18</i>
F) <i>Imobilizações corpóreas e incorpóreas</i>	<i>19</i>
G) <i>Empréstimos obtidos</i>	<i>19</i>
H) <i>Provisões.....</i>	<i>19</i>
I) <i>Conversão dos elementos em moeda estrangeira</i>	<i>20</i>
J) <i>Instrumentos financeiros cambiais e de taxas.....</i>	<i>20</i>
K) <i>Informações relativas ao risco de contraparte em produtos derivados</i>	<i>21</i>
L) <i>Sectores operacionais</i>	<i>22</i>
M) <i>Implantação por zonas geográficas</i>	<i>22</i>
N) <i>Consolidação</i>	<i>22</i>
2. ADAPTAÇÃO AO NOVO ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	23
3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
MAPA DAS FILIAIS E DAS EMPRESAS PARTICIPADAS	50

BALANÇO

ACTIVO - em milhares de euros	Notas	12/2011	12/2010
Caixa, bancos centrais e CCP		82 564	272 950
Créditos sobre instituições de crédito	1	5 424 210	5 484 039
Operações com clientes	2	7 286 699	5 291 461
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3	3 827 947	4 168 005
Participações e outros títulos detidos a longo prazo	4	203 327	331 324
Participações em empresas associadas	5	787 318	642 136
Leasing e aluguer com opção de compra	6	431 000	182 237
Aluguer simples		2 013	
Activos intangíveis	7	154	78
Activos tangíveis	8	3 247	3 419
Outros activos	9	31 661	51 634
Contas de regularização	10	232 257	154 719
TOTAL DO ACTIVO		18 312 397	16 582 002

PASSIVO - em milhares de euros	Notas	12/2011	12/2010
Dívidas a instituições de crédito	11	2 197 416	3 422 263
Operações com clientes	12	903 191	784 460
Dívidas tituladas	13	13 056 659	10 295 526
Outros rubricas de passivo	14	212 959	155 532
Contas de regularização	15	63 069	56 205
Provisões	16	83 687	93 827
Dívidas subordinadas	17	251 468	251 108
<u>Capitais Próprios</u>		1 543 948	1 523 081
Capital subscrito	18	100 000	100 000
Prémios de emissão e de fusão	18	258 807	258 807
Reservas	18	19 614	17 403
Diferenças de reavaliação	18	76	76
Resultados transitados	18	796 795	864 236
Resultado do exercício	18	368 656	282 559
TOTAL DO PASSIVO		18 312 397	16 582 002

COMPROMISSOS EXTRA-PATRIMONIAIS

Em milhares de euros	Notas	12/2011	12/2010
<u>Compromissos assumidos</u>	19	4 807 869	6 825 949
Compromissos de financiamento		1 000 242	1 903 372
Garantias prestadas		1 792 961	2 757 505
Compromissos sobre títulos			80 000
Outros compromissos assumidos		2 014 666	2 085 072
<u>Compromissos recebidos</u>	20	8 301 747	8 692 377
Compromissos de financiamento		6 185 179	6 163 772
Garantias recebidas		2 116 568	2 528 605

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em milhares de euros	Notas	12/2011	12/2010
Juros e proveitos similares	23	784 646	797 252
Juros e custos similares	24	(640 425)	(617 396)
Proveitos de operações de leasing e similares	25	394 787	325 076
Despesas com operações de leasing e similares	25	(334 700)	(273 758)
Proveitos de operações de locação simples		1	
Rendimentos de títulos de rendimento variável	26	304 166	242 725
Comissões (Proveitos)		35 115	33 638
Comissões (Custos)		(30 790)	(24 957)
Ganhos e perdas em operações de carteiras de negociação	27	(79)	135
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	27	10 643	1 706
Outros proveitos operacionais	28	96 236	102 391
Outros custos operacionais	29	(18 431)	(26 764)
PRODUTO LÍQUIDO BANCÁRIO		601 169	560 048
Custos gerais de exploração	30	(169 696)	(159 301)
Aumento de amortizações e imparidade de activos fixos intangíveis e tangíveis		(1 167)	(1 570)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		430 306	399 177
Custo do risco	31	1 243	(41 257)
RESULTADO OPERACIONAL		431 549	357 920
Ganhos ou perdas líquidas com activos fixos	32	21 034	(23 094)
RESULTADO CORRENTE ANTES DE IMPOSTOS		452 583	334 826
Imposto sobre os lucros	33	(83 927)	(52 267)
RESULTADO LÍQUIDO		368 656	282 559

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. REGRAS E MÉTODOS CONTABILÍSTICOS

As contas anuais foram elaboradas em conformidade com o regulamento 91-01 de 16 de janeiro de 1991 relativo à elaboração e publicação das contas anuais individuais das instituições de crédito (conforme alterado pelos regulamentos 92-05, 93-06, 94-03 e 94-05 do Comité de Regulamentação Bancária e Financeiras e 99-04, 2000-03, 2004-16, 2005-04 e 2008-02 do Comité de Regulamentação Contabilística. Estas contas integram as contas das sucursais no estrangeiro.

A sociedade RCI Banque conta 9 sucursais implantadas no estrangeiro.

na Alemanha, a sucursal financia as vendas das redes Renault e Nissan;
em Itália, a sucursal consagra-se ao financiamento de clientes e redes das marcas Renault e Nissan;
na Argentina, a atividade da sucursal consiste no financiamento da rede;
em Portugal, a sucursal efetua financiamentos aos clientes e às redes;
na Eslovénia, a sucursal financia os *stocks* de Veículos Novos e de Peças Sobressalentes dos concessionários Renault do país;
em Espanha, a sucursal assegura o financiamento de clientes e redes das marcas Renault e Nissan;
na Suécia, a sucursal é responsável pela oferta de financiamentos aos concessionários e aos clientes finais da Renault na Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega.
na Áustria, a sucursal realiza financiamentos aos clientes e às redes ;
na Irlanda, a sucursal realiza financiamentos às redes.

Evolução dos princípios valorimétricos e de apresentação das contas

Não houve evolução significativa em termos de princípios valorimétricos ou de apresentação das contas durante o ano.

Dívidas de clientes

Princípios valorimétricos e de apresentação dos empréstimos concedidos e dívidas de clientes

Os créditos correspondentes ao financiamento de vendas a clientes finais e ao financiamento da rede pertencem à categoria de "Empréstimos concedidos e créditos da empresa". A este título, são inicialmente registados pelo justo valor e contabilizados pelo custo amortizado segundo o método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva (TJE) é a taxa de rendimento interno até ao vencimento ou, no caso dos créditos a taxa variável, até à data mais próxima de atualização da taxa. A amortização atuarial de toda e qualquer diferença entre o montante inicial do crédito e o montante deste no vencimento é calculado segundo o método da TJE.

O custo amortizado dos créditos correspondentes ao financiamento de vendas compreende, para além da parte contratual do crédito, as bonificações de juro recebidas do fabricante ou da rede, as despesas de processo pagas pelos clientes e as remunerações dos mediadores. Estes diferentes elementos, que concorrem para o rendimento do crédito, são apresentados em minoração ou majoração do montante do crédito e o respetivo reconhecimento na demonstração de resultados é objeto de uma repartição atuarial segundo a TEJ dos créditos a que respeitam.

Nos termos dos artigos 14 e 15 do CRC 2009-03, as comissões pagas aos angariadores de negócios, bem como as bonificações recebidas, despesas de processo e outros encargos ou proveitos escalonáveis são registados no balanço, com o crédito concedido a que dizem respeito (operações com a clientela).

Na demonstração de resultados, esses mesmos elementos escalonáveis são registados no produto líquido bancário.

Identificação do risco de crédito

No Grupo RCI Banque são, atualmente, utilizados diferentes sistemas de notação interna:

uma notação de grupo para os mutuários "Rede" utilizada nas diferentes fases da relação com o mutuário (aceitação inicial, acompanhamento do risco e provisionamento);

uma notação de grupo para as contrapartes bancárias estabelecida com base em *ratings* externos e com o nível dos fundos próprios de cada contraparte;

relativamente aos mutuários "Clientes", são utilizados diferentes sistemas de pontuação consoante as filiais e os tipos de financiamento em questão.

Todo e qualquer crédito que represente um risco comprovado de não recuperação parcial ou total é classificado numa das duas seguintes categorias:

Créditos de cobrança duvidosa: a classificação em cobrança duvidosa tem lugar, o mais tardar, quando uma prestação permanece por pagar durante mais de três meses. A classificação de um crédito em cobrança duvidosa implica a transferência para cobrança duvidosa da totalidade dos empréstimos ao cliente em questão.

Créditos incobráveis: a identificação de crédito incobrável tem lugar assim que seja declarada a antecipação do vencimento (crédito) ou a rescisão do contrato (locação) devido à degradação da situação financeira da contraparte. Na ausência de antecipação do vencimento ou de rescisão, esta identificação tem lugar, o mais tardar, um ano após a classificação em cobrança duvidosa.

Tendo em conta a incidência de práticas de gestão locais diferenciadas, a antecipação do vencimento ou a rescisão não tem lugar decorrido o mesmo período de tempo nos diferentes países em que o grupo RCI Banque exerce a sua atividade. Contudo, constata-se uma certa convergência das práticas segundo grandes zonas geográficas.

Europa do Norte: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 3 a 4 meses após o primeiro incumprimento.

Europa do Sul: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 6 a 8 meses após o primeiro incumprimento.

América do Sul: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 6 a 8 meses após o primeiro incumprimento, por ocasião do lançamento em perdas.

As indemnizações de rescisão e os juros de mora sobre cobranças duvidosas e incobráveis são contabilizados e provisionados integralmente até ao respetivo encaixe.

A reclassificação de um crédito de cobrança duvidosa em crédito são tem lugar assim que são recebidos os montantes em atraso.

Fatores de redução do risco

O grupo RCI Banque pratica de forma limitada e localizada o recurso à cessão de créditos de cobrança duvidosa.

Imparidade por risco de crédito

As depreciações por risco de crédito comprovado são constituídas para cobrir os riscos de não-recuperação dos créditos. Estas depreciações são determinadas em base individual (de forma unitária ou com base num método estatístico de avaliação dos riscos, consoante o caso) ou em base coletiva e classificadas no balanço como deduções às rubricas de ativo correspondentes.

Atividade de Clientes

Na atividade com Clientes, é aplicado o método estatístico em base individual. Este método visa estimar a perda final do crédito em cobrança duvidosa, do crédito incobrável ou do crédito com incidente de pagamento. Os créditos "Clientes" são depreciados por grupos de risco representativos dos tipos de financiamento e dos bens financiados.

Os fluxos previsionais utilizados no quadro da imparidade estatística são determinados mediante a aplicação ao montante dos créditos por ocasião do incumprimento de uma taxa de recuperação periódica em função da idade da cobrança duvidosa. Os fluxos de recuperação são projetados por um período de vários anos, na sequência do qual o último fluxo representa um montante global das recuperações para além desse período. As taxas de recuperação utilizadas resultam da observação das recuperações reais distribuídas ao longo de um período de 12 meses.

A imparidade de créditos de cobrança duvidosa é calculada mediante a comparação do valor recuperável estimado, constituído por fluxos de recuperação previsionais atualizados, com o valor contabilístico dos créditos em questão. Considerando o carácter estatístico do método de avaliação dos fluxos de recuperação previsionais, o cálculo do valor recuperável estimado é efetuado não individualmente por cada crédito, mas sim coletivamente por geração de contratos.

O crédito objeto de incidente não classificado como de cobrança duvidosa é depreciado segundo a probabilidade de passagem a cobrança duvidosa e com base numa taxa de recuperação no momento da passagem a cobrança duvidosa. Trata-se de *incurred loss*, sendo o facto comprovado constituído por uma falta de pagamento inferior a 3 meses.

Caso o método estatístico em base individual não seja pertinente, os créditos com incidente e os de cobrança duvidosa são objeto de acompanhamento unitário e a imparidade é determinada em função de uma classificação das empresas e das fases de recuperação ou de procedimento iniciadas.

Os juros vencidos e acumulados sobre créditos de cobrança duvidosa são objeto de imparidade total. As imparidades são deduzidas das respetivas rubricas de juros e de proveitos.

Atividade de Rede

Relativamente aos empréstimos de maior importância, tais como os créditos de rede, a imparidade dos créditos de cobrança duvidosa é determinada de forma unitária e em base individual em função de uma classificação das empresas e das fases de recuperação ou de procedimento iniciadas.

Os créditos não classificados como de cobrança duvidosa são objeto de um método assente numa avaliação individual e numa avaliação coletiva do risco de crédito.

Os créditos não classificados como de cobrança duvidosa, cuja avaliação individual permita identificar um dado objetivo da existência de imparidade, são distinguidos dos restantes créditos não classificados como de cobrança duvidosa e agrupados na categoria de créditos com incidente criada para o efeito. A degradação da estrutura financeira, da rentabilidade e do comportamento de pagamento da contraparte constitui o facto gerador da classificação na categoria de créditos com incidente. Esta degradação constitui igualmente o facto gerador da imparidade. Os créditos com incidente são objeto de uma imparidade em que a taxa de imparidade das cobranças duvidosas é associada à taxa de conversão dos créditos com incidente em créditos de cobrança duvidosa.

Tendo em conta o conhecimento individualizado de cada contraparte, as depreciações dos créditos de cobrança duvidosa também podem ser objeto de uma correção por peritagem.

Os créditos de cobrança duvidosa cuja avaliação individual não permita identificar um dado objetivo da existência de imparidade são agrupados na categoria de créditos sãos. Estes créditos são objeto de uma avaliação coletiva do risco de crédito determinada com base no risco sectorial. Relativamente a cada país em que o RCI Banque financia a rede, procede-se à identificação dos fatores macroeconómicos de longo prazo justificativos do risco da atividade de financiamento da rede e da respetiva correlação com o histórico de perdas. Sempre que os indicadores macroeconómicos de referência apontem para uma degradação, os créditos sãos são objeto de uma imparidade coletiva. A taxa de imparidade traduz a taxa de perdas associada à degradação constatada.

Regras de passagem a perdas

Sempre que um crédito apresente um risco comprovado desde há três anos e que nenhum elemento permita antever uma recuperação, o montante da imparidade é anulado e o valor bruto é lançado em perdas com créditos incobráveis.

Imparidade dos valores residuais

O grupo RCI Banque assegura o acompanhamento sistemático e regular dos valores de revenda dos veículos usados, de modo a poder, nomeadamente, otimizar a tarifação das operações de financiamento.

A determinação dos valores residuais dos contratos faz-se, na maior parte dos casos, com recurso a tabelas de cotação, que indicam, para cada categoria de veículos, um valor residual característico do binómio duração / quilometragem.

Relativamente aos contratos em que o valor de retoma dos veículos no final do contrato não se encontre garantido por uma terceira parte exterior, é constituída uma imparidade mediante uma comparação entre:

o valor económico do contrato, nomeadamente a soma dos fluxos contratuais futuros e do valor residual reavaliados com base nas condições de mercado à data da avaliação e atualizados segundo a taxa contratual; e o valor contabilístico conforme conste do balanço à data da avaliação.

O valor de revenda previsional é estimado tomando, nomeadamente, em conta a evolução recente e reconhecida do mercado de veículos usados, o qual pode ser influenciado por fatores externos (situação económica ou fiscalidade) ou internos (evolução da gama ou descida de preços do fabricante).

A imparidade é calculada sem compensação de lucros eventuais.

Operações de *leasing* e de locação financeira

As imobilizações objeto de contratos de *leasing*, de locação com opção de compra e de aluguer de longa duração constam do ativo do balanço pelo respetivo custo de aquisição deduzido das amortizações aplicadas. O custo de aquisição inclui todas as despesas acessórias de aquisição incluídas no montante do refinanciamento concedido e servindo de base para a determinação das rendas.

As amortizações são determinadas em função da duração normal de utilização dos bens em questão.

De modo a apresentar um balanço e uma demonstração de resultados mais detalhados, as operações de *leasing* realizadas pelas sucursais constam de parcelas específicas nos mapas de síntese, conforme previsto no regulamento 91-01.

Em conformidade com o regulamento CRC nº 2009-03 de 3 de dezembro de 2009, as comissões pagas aos angariadores de negócios são, desde 1 de janeiro de 2010, repartidas ao longo do período de vigência efetiva do contrato segundo um método atuarial e linear.

Nos termos dos artigos 14 e 15 do CRC 2009-03, as comissões pagas aos angariadores de negócios, bem como as bonificações recebidas, despesas de processo e outros encargos ou proveitos escalonáveis são registados no balanço, com a conta do ativo imobilizado a que dizem respeito (operações de *leasing* e similares).

Na demonstração de resultados, os mesmos elementos escalonáveis são apresentados no produto líquido bancário.

Títulos de participação, participações em empresas associadas e outros títulos detidos a longo prazo

Títulos de participação e participações em empresas associadas

São integrados nesta categoria os títulos cuja posse duradoura é considerada útil à atividade da empresa, nomeadamente porque lhe permite exercer uma influência na sociedade emitente dos títulos ou garantir o domínio da mesma.

São consideradas como "Participações em empresas associadas" os títulos de empresas suscetíveis de inclusão por integração global num mesmo conjunto consolidável. Os outros títulos incluídos nesta categoria, mas não suscetíveis de inclusão por integração global num mesmo conjunto, são classificados em "Títulos de participação".

Outros títulos detidos a longo prazo

São integrados nesta categoria os investimentos realizados sob a forma de títulos com a intenção de favorecer o desenvolvimento de relações profissionais duradouras mediante a criação de um vínculo privilegiado com a empresa emitente, embora sem influência na gestão das empresas cujos títulos são detidos devido à reduzida percentagem dos direitos de voto que os mesmos representam.

Princípios de valorização e de provisionamento

Os títulos de participação, as participações em empresas associadas e os outros títulos detidos a longo prazo constam do balanço pelo custo de aquisição ou pelo custo reavaliado em 31 de Dezembro de 1976 (reavaliação legal).

Sempre que o valor de utilização seja inferior a tal custo de aquisição, são constituídas provisões por imparidade. Regra geral, o valor de utilização é determinado em função da quota-parte de ativo líquido detida e conforme calculada segundo os princípios contabilísticos aplicados à elaboração das contas consolidadas.

Os dividendos correspondentes são contabilizados no exercício em que são postos a pagamento.

Dívida pública e títulos similares e Obrigações, ações e outros títulos de rendimento fixo ou variável

Estas rubricas integram, nos termos da regulamentação bancária francesa, os títulos mobiliários, os instrumentos de mercado interbancário, os Títulos de Tesouro e outros títulos de crédito negociáveis.

Estes títulos são classificados em três categorias:

Títulos de negociação

São títulos destinados a cedência no breve prazo. A avaliação desta carteira é feita pelo valor de mercado, incluindo os cupões a pagamento, e as diferenças de avaliação são evidenciadas na demonstração de resultados.

Títulos de investimento

Os títulos de investimento integram os títulos adquiridos com a intenção de serem detidos por um período superior a seis meses.

Estes títulos constam do balanço pelo respetivo custo de aquisição, não incluindo cupões a pagamento das obrigações. Relativamente aos títulos de rendimento fixo, as diferenças positivas ou negativas entre o custo de aquisição e o valor de reembolso (desconto ou prémio) são repartidas pela duração de vida remanescente de tais títulos. Esta repartição é evidenciada na demonstração de resultados.

São constituídas provisões por imparidade sempre que o valor de mercado de uma linha de títulos à data de encerramento do exercício seja inferior ao custo de aquisição ou ao valor contabilístico corrigido da repartição dos descontos e prémios.

Títulos de investimento a longo prazo

Os títulos de investimento integram exclusivamente os títulos de rendimento fixo adquiridos na perspectiva de conservação duradoura (em princípio até à respetiva maturidade).

Estes títulos são quer cobertos por instrumentos de taxa de juro para proteção duradoura contra o risco de taxas quer associados a financiamentos de longo prazo que permitam a sua conservação efetiva até à maturidade.

Os descontos ou prémios são repartidos pela duração de vida remanescente dos títulos.

As provisões por imparidade só são constituídas quando existir uma grande probabilidade de incumprimento por parte do emitente dos títulos.

Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações são contabilizadas e amortizadas segundo o método por componentes. Os elementos de um conjunto mais ou menos complexo são separados segundo as suas características e vidas úteis ou da sua capacidade para proporcionar benefícios económicos segundo diferentes ritmos.

As imobilizações corpóreas são avaliadas segundo o respetivo custo histórico de aquisição.

As imobilizações corpóreas que não sejam terrenos são, em regra, objeto de amortização linear segundo os períodos de utilização estimados seguintes:

Construções	15 a 40 anos
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8 anos
Aplicações informáticas adquiridas	1 a 3 anos

Empréstimos obtidos

Prémios e custos de emissões de títulos e de obrigações

Os prémios e custos de emissão são amortizados ao longo do período de vida dos empréstimos e constam das contas de regularização.

Operações complexas

As operações estruturadas são em pequeno número. Em regra, estas operações estão associadas a recursos sob a forma de depósitos ou de emissões de títulos e incluem *swaps* com uma ou várias cláusulas opcionais particulares.

No quadro destas montagens, os riscos de mercado (juros e câmbios) são rigorosamente neutralizados.

Os resultados destas operações são registados na demonstração de resultados numa base *prorata temporis*.

Provisões

Responsabilidades com pensões de reforma e similares

Quanto aos regimes de prestações definidas relativos a benefícios posteriores ao emprego, os custos das prestações são estimados com base no método das unidades de crédito projetadas. Segundo este método, os direitos à prestação são afetados aos períodos de serviço em função da fórmula de aquisição de direitos do regime e tendo em conta um efeito de linearização sempre que o ritmo de aquisição dos direitos não seja uniforme no decurso dos períodos de serviço ulteriores.

Os montantes dos pagamentos futuros correspondentes aos benefícios concedidos aos funcionários são avaliados com base em hipóteses de evolução salarial, de idade de aposentação e de mortalidade e, seguidamente, atualizados com base nas taxas de juro das obrigações de longo prazo dos emitentes de primeira categoria.

Da revisão das hipóteses de cálculo resultam diferenças atuariais que são registadas em capitais próprios.

O encargo líquido do exercício, correspondente à soma do custo dos serviços prestados e do custo da desatualização deduzida da rentabilidade prevista dos ativos do regime e da repartição do custos dos serviços passados, consta, pela totalidade, das Despesas com pessoal.

Provisões para riscos de país

As provisões para os riscos de país incidem nos empréstimos concedidos a determinadas filiais e nos títulos de investimento detidos pela sede sobre tais filiais e permitem deduzir uma percentagem destes empréstimos aos resultados do exercício. A percentagem aplicada assim como os países onde tal provisão é objeto de cálculo constam da carta da Direcção da Legislação Fiscal (*Direction de la Législation Fiscale*) de 24/07/2004.

As filiais em que o RCI Banque calcula esta provisão situam-se em países de:

Categoria I, com dedução fiscal de 5 % (Polónia, Hungria, Coreia e República Checa);
Categoria II com dedução fiscal de 10 % (Roménia e Eslováquia).

Conversão dos elementos em moeda estrangeira

Conversão das contas das sucursais estrangeiras

As sucursais no estrangeiro são geridas como estabelecimentos autónomos. Por conseguinte, foi considerado mais pertinente traduzir as contas das sucursais no estrangeiro assim como as das filiais, nomeadamente: as rubricas do balanço, exceção feita às contas de ligação, são convertidas ao câmbio da data de encerramento do exercício; as rubricas da demonstração de resultados são convertidas ao câmbio médio do exercício; as diferenças de conversão são incluídas nas contas de regularização.

Operações em moeda estrangeira

No fecho das contas, os saldos monetários expressos em divisas são convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento. As diferenças cambiais constatadas nessa ocasião são contabilizadas como custos e proveitos.

As diferenças resultantes da conversão dos títulos de participações e de filiais denominados em divisas e financiados em euros são lançadas em contas de ganhos e perdas cambiais. Nas rubricas de balanço, estas últimas são agrupadas com as contas dos títulos correspondentes.

As perdas cambiais apenas são provisionadas em caso de previsão de cessão ou resgate dos títulos no decurso do exercício seguinte. Do mesmo modo, em caso de cessão ou de reembolso, esta diferença cambial só é registada na demonstração de resultados na parte correspondente aos títulos cedidos ou resgatados.

Instrumentos financeiros cambiais e de taxas

As operações com instrumentos financeiros a prazo não fechadas estão registadas nas responsabilidades extrapatrimoniais.

Instrumentos financeiros de taxas de juro transacionados em mercados de negociação directa

Trata-se, essencialmente, de operações de *swaps* de taxas de juro realizadas no quadro de uma gestão do risco global de taxas. Os proventos e encargos relativos a estas operações de *swap* de taxas de juro são lançados na demonstração de resultados proporcionalmente ao tempo decorrido. Por outro lado, os resultados obtidos com outros instrumentos financeiros a prazo de taxas de juro, tais como os contratos de garantia de taxa (*Forward Rate Agreements*), os *caps*, os *floors* e os *collars*, são lançados na demonstração de resultados de forma repartida durante o período de vida dos elementos cobertos.

Sempre que o grupo é levado a adotar posições isoladas, os instrumentos em questão transacionados em mercados de negociação directa são avaliados segundo o método seguinte: os fluxos futuros confirmados são atualizados com base numa curva de rendimentos de cupão zero da classe de instrumentos correspondente. As cotações das curvas de rendimentos e os câmbios são obtidos diariamente e de forma automática. Apenas as menos-valias relativas a conjuntos homogêneos de contratos são objeto de provisão.

Instrumentos cambiais

Os instrumentos cambiais destinam-se essencialmente a cobrir riscos cambiais. Os resultados relativos a estas operações são tomados em conta de forma simétrica ao longo do período de vida dos elementos cobertos.

Informações relativas ao risco de contraparte em produtos derivados

A exposição relativa ao risco de contraparte é acompanhada de acordo com dois métodos.

O acompanhamento individualizado do risco de contraparte assenta num método forfetário interno. Aqui, também é tido em conta o risco de entrega com recurso a um método interno de notação (esta é determinada conjuntamente com o acionista Renault), o que permite associar o limite atribuído a cada contraparte a uma pontuação que reflete vários fatores de risco ponderados, nomeadamente, nível dos fundos próprios, rácio de solvabilidade financeira, notações de longo e curto prazo de agências de *rating* e apreciação qualitativa da contraparte.

O método forfetário também é utilizado para avaliar o risco global de contraparte incorrido no conjunto dos produtos derivados contratados pelo grupo RCI Banque. Este método baseia-se em coeficientes de ponderação.

Esses coeficientes de ponderação são determinados pelo tipo de instrumento (3 % ao ano nas operações denominadas numa só divisa e 12 % ao ano nos dois primeiros anos da duração de vida inicial seguidos de 4% nos anos seguintes nas operações envolvendo duas divisas) e pela duração da operação. Esses coeficientes são voluntariamente mais elevados do que os previstos pela regulamentação sobre a adequação dos fundos próprios, o que traduz uma atitude deliberadamente prudente e conservadora face às atuais condições de mercado. Não é feita compensação entre os riscos decorrentes das posições com uma mesma contraparte que se neutralizem mutuamente.

É ainda realizado um acompanhamento global segundo o método “*mark to market positif + add-on*”.

Baseia-se no método regulamentar designado por “dos grandes riscos”. Para os depósitos e os excedentes de tesouraria em conta corrente, a exposição é contabilizada com base no valor nominal. Para os produtos derivados (de taxa e cambiais), é calculada como a soma das perdas potenciais, calculadas com base no valor de substituição dos contratos realizados com a contraparte sem compensação com os ganhos potenciais, acrescida de um “*add-on*” representando o risco potencial futuro. Este risco potencial futuro é determinado pela regulamentação bancária francesa (Portaria de 20 de fevereiro de 2007 relativo às exigências de fundos próprios aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento artigo 267-3) da seguinte forma:

Duração residual	Contratos sobre taxas de juro (em % do nominal)	Contratos sobre taxas de câmbio e sobre o ouro (em % do nominal)
<= 1 ano	0%	1%
1 ano < duração <= 5 anos	0,50%	5%
> 5 anos	1,50%	7,50%

Sectores operacionais

O RCI Banque tem por missão oferecer uma gama completa de financiamentos e serviços aos seus dois mercados de referência, designadamente os clientes finais (grande público e empresas) e a rede de concessionários Renault, Nissan, Dacia e Renault Samsung Motors.

Estes dois mercados têm expectativas diferentes, pelo que exigem abordagens específicas em termos de marketing da oferta, processo de gestão, recursos informáticos e métodos comerciais e de comunicação. A organização do grupo foi estruturada numa perspetiva de perfeita coerência com estes dois mercados, com vista a reforçar o seu papel de guia e de apoio assim como para reforçar a integração com a Renault e a Nissan, nomeadamente nos aspetos de marketing e comerciais.

Por conseguinte, a repartição por mercado foi implementada como segmentação operacional e corresponde ao eixo estratégico desenvolvido pela empresa. As informações apresentadas são elaboradas com base em relatórios internos remetidos ao Comité Executivo do Grupo (*Comité Exécutif Groupe*), o qual constitui o "principal decisor operacional".

A atividade de Rede abrange os financiamentos concedidos à rede de concessionários da aliança Renault-Nissan. A atividade de Clientes abrange o conjunto dos financiamentos e serviços associados, exceto os da atividade de Rede.

As atividades de refinanciamento e de *holding* são agrupadas em "Outras atividades".

Implantação por zonas geográficas

Relativamente às rubricas de Balanço e de Demonstração de Resultados consideradas mais relevantes, é apresentada nas notas anexas uma repartição por zona geográfica de implantação (em conformidade com o artigo 28º do CRC 2002-03).

Consolidação

Desde 2005, o grupo RCI Banque elabora as suas contas consolidadas em conformidade com o referencial IFRS, conforme aprovado pela União Europeia à data de elaboração das demonstrações financeiras e segundo a opção prevista em França relativamente aos grupos que apresentam contas consolidadas.

A sociedade RCI Banque é consolidada por integração global nas contas do Grupo Renault.

ADAPTAÇÃO AO NOVO ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Num enquadramento económico de volatilidade e incerteza, o RCI Banque mantém uma política financeira prudente e reforça o seu dispositivo de gestão e controlo da liquidez. Além disso, o RCI Banque não tem exposição às dívidas soberanas da Grécia, da Espanha, da Itália, da Irlanda e de Portugal.

Liquidez

A gestão do risco de liquidez do RCI Banque assenta em vários indicadores ou análises, objeto de atualização mensal com base nas últimas previsões de créditos concedidos (clientes e rede) e nas operações de financiamento efetuadas. O dispositivo foi objeto de uma auditoria interna e de uma revisão pelo regulador bancário (ACP), tendo sido reforçado com a atualização dos procedimentos internos, aprovados na reunião do Conselho de Administração de 15 de novembro de 2011:

Liquidez estática: o objetivo do RCI Banque consiste em deter uma liquidez estática positiva, com os ativos gerados no passado a serem financiados por dívidas de maturidade superior.

Liquidez dinâmica "cenário negro": este indicador tem em conta as previsões de nova atividade num contexto de teste de *stress* máximo que exclui todo e qualquer acesso a novos recursos. Este cenário constitui o indicador de comunicação externa, nomeadamente perante as agências de notação, que exigem uma visibilidade em termos de liquidez de, pelo menos, 6 meses, e permite determinar dois indicadores: número de dias de atividade comercial possível sem acesso ao mercado, com utilização exclusiva das linhas bancárias confirmadas e de mobilizações BCE (indicador de gestão interno e de comunicação externa); reserva de liquidez (indicador de gestão interno e de comunicação externa).

Liquidez dinâmica "cenário cinzento": é determinada com base em hipóteses de refinanciamento limitado com fecho dos mercados obrigacionistas, acesso restrito ao financiamento de curto prazo e acesso à titularização (sociedades de titularização e BCE). Esta análise é completada com uma simulação da evolução da reserva de liquidez previsional.

Reserva de liquidez: no montante de 3.443 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, representa o excedente dos recursos disponíveis relativamente aos montantes de certificados de depósito e de papel comercial. Com efeito, o grupo deve manter fontes de liquidez alternativas superiores aos montantes dos seus títulos de crédito negociáveis de curto prazo.

Risco da atividade de crédito

Na sequência do reforço das estruturas de cobertura implementado entre o final de 2008 e o início de 2009, os desempenhos da cobertura foram melhorados a partir do 1.º trimestre de 2009. A gestão da nova produção com base na probabilidade de incumprimento dada pelos sistemas de pontuação permitiu melhorar a qualidade da carteira em todos os grandes mercados.

Depois de alcançar em 2010 um mínimo histórico, inferior ao registado antes da eclosão da crise financeira, o custo do risco da carteira comercial continua a decrescer em 2011, aproveitando a melhoria das políticas de aceitação e de cobrança.

Uma vez que as perspetivas económicas continuam incertas, foi mantida a gestão centralizada da política de aceitação implementada desde o início da crise. A regulação dos sistemas de aceitação é ajustada em função do teste de stress atualizado trimestralmente nos principais países e por mercado (clientes particulares e empresas). Em síntese, a qualidade da produção encontra-se em linha com os objetivos.

Numa conjuntura económica incerta, o RCI Banque mantém-se atento a um ambiente em mutação, tendo por objetivo manter o custo do risco global a um nível compatível com as expectativas da comunidade financeira e com os objetivos de rentabilidade.

Rentabilidade

As margens de crédito verificadas nos mercados, assim como as taxas de *swap* de referência, sofreram movimentos significativos. Neste contexto de volatilidade, o RCI Banque demonstrou uma grande reatividade, procedendo a várias revisões dos custos de liquidez interna utilizados na tarifação das operações com clientes, o que permitiu manter na produção de novos créditos uma margem em linha com os objetivos orçamentais. Também a tarifação dos financiamentos concedidos aos concessionários foi indexada a uma taxa de base interna que reflete os custos dos fundos obtidos e das reservas de liquidez necessárias à continuidade da atividade. Este método permite manter constante a rentabilidade desta atividade.

Governança

O acompanhamento dos indicadores de liquidez é objeto de um ponto específico na agenda de cada Comité Financeiro mensal.

Além disso, os comités de gestão por país têm acompanhado de forma mais sistemática os indicadores de risco e de margem instantânea previsional, que completam as análises habituais da rentabilidade das filiais.

Exposição ao risco de crédito bancário

Devido à sua posição estruturalmente mutuária, o grupo RCI Banque tem uma exposição ao risco de crédito bancário limitada à aplicação de excedentes de tesouraria temporários sob a forma de depósitos de muito curto prazo e às operações de cobertura do risco de taxa ou de câmbio por produtos derivados. Essas operações são realizadas junto de estabelecimentos bancários de primeira categoria previamente autorizados pelo Comité de Contrapartes. No contexto de forte volatilidade observado durante o segundo semestre, o RCI Banque também dedicou especial atenção à diversificação das contrapartes.

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Nota 1 : Créditos sobre instituições de crédito**

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Créditos à vista sobre instituições de crédito	374 933	1 630 282
Contas devedoras ordinárias	341 496	1 603 065
Empréstimos de muito curto prazo	32 350	24 545
Créditos associados	1 087	2 672
Créditos a prazo sobre instituições de crédito	5 049 277	3 853 757
Empréstimos de participação ou subordinados	2 000	
Contas e empréstimos a prazo	4 996 863	3 805 758
Créditos associados	50 414	47 999
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito (*)	5 424 210	5 484 039
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>5 331 585</i>	<i>5 386 493</i>

Decomposição por duração residual	12/2011	12/2010
Inferior a 3 meses	2 048 514	2 867 814
De 3 a 12 meses	830 631	839 660
De 1 a 5 anos	2 545 065	1 776 565
Superior a 5 anos		
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito	5 424 210	5 484 039

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2011	12/2010
França	5 362 497	5 418 258
União Europeia (excepto França)	47 219	56 410
Resto do mundo	14 494	9 371
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito	5 424 210	5 484 039

Nota 2 : Operações com clientes

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Créditos são a clientes	3 460 810	3 058 379
Créditos afectados não titulados	1 795 525	1 917 224
Créditos de financiamento de rede	1 705 849	1 186 607
Créditos associados a contratos são	3 806	3 772
Provisões para créditos em incumprimento	(44 370)	(49 224)
Créditos de cobrança duvidosa	91 578	84 930
Créditos associados a contratos de cobrança duvidosa	1 249	1 314
Créditos sobre contratos de cobrança duvidosa	152 496	153 213
Provisões para contratos de cobrança duvidosa	(71 176)	(75 738)
Créditos associados a contratos incobráveis	4 099	5 114
Créditos sobre contratos incobráveis	160 714	172 248
Provisões para contratos incobráveis	(155 804)	(171 221)
Créditos diversos	3 461 287	2 246 686
Créditos comerciais	64 189	41 724
Empréstimos a clientes financeiros	1 170 256	504 707
Outros créditos a clientes	2 197 897	1 658 739
Valores não imputados	342	332
Créditos associados a financiamentos diversos	26 376	38 957
Créditos duvidosos sobre financiamentos diversos	2 227	2 227
Contas ordinárias	386 972	29 251
Contas ordinárias são	386 334	28 767
Créditos associados a contas ordinárias são	614	212
Contas ordinárias de cobrança duvidosa	24	272
Diferimentos	(113 948)	(127 785)
Diferimento de bonificações recebidas	(150 987)	(153 072)
Diferimento de despesas de processo recebidas	(19 911)	(19 455)
Diferimento de comissões pagas	54 689	42 766
Diferimento de outras despesas pagas	2 261	1 976
Total líquido de créditos sobre clientes (*)	7 286 699	5 291 461
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>2 604 710</i>	<i>1 668 716</i>

Decomposição por duração residual	12/2011	12/2010
Inferior a 3 meses	3 570 850	2 458 393
De 3 a 12 meses	2 245 028	1 517 474
De 1 a 5 anos	1 446 827	1 291 905
Superior a 5 anos	23 994	23 689
Total líquido de créditos sobre clientes	7 286 699	5 291 461

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2011	12/2010
França	2 297 450	859 618
União Europeia (excepto França)	4 866 848	4 350 293
Resto do mundo	122 401	81 550
Total líquido de créditos sobre clientes	7 286 699	5 291 461

Decomposição por sector de actividade	12/2011	12/2010
Financiamento de clientes	1 687 134	1 793 995
Valor bruto dos créditos	1 862 345	1 991 131
Imparidade de créditos	(175 211)	(197 136)
Financiamento de redes	1 751 306	1 221 529
Valor bruto dos créditos	1 847 445	1 320 576
Imparidade de créditos	(96 139)	(99 047)
Outras actividades	3 848 259	2 275 937
Valor bruto dos créditos	3 848 259	2 275 937
Imparidade de créditos		
Total líquido de créditos sobre clientes	7 286 699	5 291 461

Nota 3 : Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Títulos de investimento	2 977 939	3 223 650
Títulos de rendimento fixo	2 987 611	3 243 750
Créditos associados a títulos de colocação de rendimento fixo	2 066	2 481
Provisão por imparidade de títulos de rendimento fixo	(11 738)	(22 581)
Títulos de investimento	850 008	944 355
Títulos de rendimento fixo	850 008	944 355
Total das obrigações e outros títulos de rendimento fixo (*)	3 827 947	4 168 005
(*) incluindo empresas associadas	850 009	944 355
(*) incluindo títulos cotados	2 508 761	2 846 648

Decomposição por duração residual	12/2011	12/2010
Inferior a 3 meses	1 308 924	1 103 237
De 3 a 12 meses	769 716	545 490
De 1 a 5 anos	1 749 307	2 097 666
Superior a 5 anos		421 612
Total das obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3 827 947	4 168 005

O valor de mercado destes títulos de investimento é de 2.497 milhões de euros em 2011 contra 2.824 milhões de euros em 2010. A menos-valia potencial ascende a 22,2 milhões de euros em 2011 (após tomar em consideração a subvalorização) contra uma menos-valia de 22,2 milhões de euros em 2010.

Os títulos de investimento consistem exclusivamente nos títulos emitidos pela RCI Korea Ltd e adquiridos pelo RCI Banque. O valor de mercado destes títulos ascende a 867,8 milhões de euros em 2011 contra 968,7 milhões de euros em 2010 e a mais-valia potencial é de 22 milhões de euros em 2011 contra 28,7 milhões de euros em 2010.

Detalhe dos títulos de colocação adquiridos no âmbito de operações de titularização

Entidades cedentes	DIAC SA	COGERA SA	Succursale Italienne	Succursale Allemande	Succursale Allemande
Data de início	octobre-06	avril-10	juillet-07	novembre-08	juillet-10
Veículos de emissão	Cars Alliance Auto Loans France FCC	FCT Cars Alliance DFP France	Alliance Auto Loans Italy SPV Loi 130	Cars Alliance Auto Leases Germany FCT	Cars Alliance Auto Loans Germany FCT
Natureza de créditos cedidos	Crédits automobiles à la clientèle	Créances concessionnaires indépendants	Crédits automobiles à la clientèle	Contrats de leasing à la clientèle	Crédits automobiles à la clientèle
Emissões públicas Médio prazo	Class A Notation AAA 47 140	Class A Notation AAA 750 000	Class A Notation AAA 113 837		Class A Notation AAA 217 553
Montante (em milhares EUR) dos títulos subscritos a 31/12/2010	Class B Notation A 22 300	Class B Non notées 36 500	Class B Notation A 9 800		Class B Notation A 53 700
Colocações privadas listadas Curto prazo	Class R Notation AAA 886 500	Class A Notation AAA 250 000			Class R Notation AAA 176 800
Montante (em milhares EUR) dos títulos subscritos a 31/12/2010			Class C Non notées 2 000	Class B Non notées 207 400	Class C, S, T Non notées 215 600
Imparidades totais	(585)	(11 060)			(93)

Nota 4 : Participações e outros títulos detidos a longo prazo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Valores brutos dos títulos	203 538	331 535
Títulos de participação	203 326	331 323
Outros títulos detidos a longo prazo	212	212
Provisões por imparidade de títulos	(211)	(211)
Provisões para outros títulos detidos a longo prazo	(211)	(211)
Total das participações e outros títulos detidos a longo prazo	203 327	331 324

A variação registada nos títulos de participação entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011 explica-se principalmente com a reclassificação em 2011 em participações em empresas associadas das filiais Courtage SA, RCI Servicios Colombia SA, Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil, Rombo Compania Financiera e Companhia de CFI Renault do Brasil. Estas filiais estavam registadas como títulos de participação em dezembro de 2010.

Nota 5 : Participações em empresas associadas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Participações em empresas associadas	800 655	653 535
Provisões para participações em empresas associadas	(13 337)	(11 399)
Total das participações em empresas associadas	787 318	642 136

As principais filiais têm o estatuto de estabelecimento de crédito em França ou seriam consideradas como tal no estrangeiro à luz da regulamentação francesa. Estes títulos não são cotados.

Nota 6 : Leasing e aluguer com opção de compra**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Activos fixos brutos	906 464	637 522
Amortizações	(452 490)	(427 214)
Rendas vencidas	1 155	955
Provisões para créditos em incumprimento	(280)	(1 022)
Créditos associados	64	82
Rendas de cobrança duvidosa	3 607	4 677
Provisões para rendas de cobrança duvidosa	(2 650)	(3 562)
Rendas incobráveis	18 560	17 716
Provisões para rendas incobráveis	(16 629)	(16 950)
Diferimento de bonificações recebidas	(39 804)	(33 479)
Diferimento de despesas de processo recebidas	(1 362)	(821)
Diferimento de comissões pagas	5 401	1 464
Diferimento de outras despesas pagas	8 964	2 869
Total das operações de leasing e locação com opção de compra (*)	431 000	182 237
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>(37 346)</i>	<i>(32 217)</i>

Todas estas operações são realizadas a partir da União Europeia (excepto França)

Nota 7 : Activos intangíveis**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Valor bruto dos activos intangíveis	5 985	6 036
Concessões, patentes e direitos similares	5 977	5 868
Outros activos intangíveis	8	168
Amortizações de activos intangíveis	(5 831)	(5 958)
Amortizações de concessões, patentes e direitos similares	(5 831)	(5 798)
Amortizações de outros activos intangíveis		(160)
Total de activos intangíveis	154	78

Nota 8 : Activos tangíveis**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Valor bruto dos activos tangíveis	26 899	26 191
Equipamentos de transporte	1 895	1 600
Mobiliário e equipamentos administrativos	6 009	5 780
Mobiliário e equipamentos informáticos	10 803	10 629
Outros activos tangíveis	8 192	8 182
Amortizações de activos tangíveis	(23 652)	(22 772)
Amortizações de equipamentos de transporte	(236)	(323)
Amortizações de mobiliário e equipamentos administrativos	(5 552)	(5 210)
Amortizações de mobiliário e equipamentos informáticos	(10 327)	(10 168)
Amortizações de outros activos tangíveis	(7 537)	(7 071)
Total dos activos tangíveis	3 247	3 419

Nota 9 : Outros activos**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Estado	15 770	26 806
Créditos sociais	64	128
Devedores diversos	14 817	24 676
Créditos associados a devedores diversos	1 010	24
Total de outros activos	31 661	51 634

Nota 10 : Contas de regularização**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Custos a repartir por despesas e prémios de emissão de empréstimos	40 755	25 139
Acréscimo de custos	2 918	3 357
Proveitos a receber sobre swaps e IFTs	100 482	80 970
Outros proveitos a receber	17 153	17 479
Contas de regularização cambial	65 281	26 468
Valores no encaixe	5 668	1 306
Total das contas de regularização	232 257	154 719

Nota 11 : Dívidas a instituições de crédito

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Dívidas a instituições de crédito	48 994	75 897
Contas ordinárias credoras	48 994	74 168
Empréstimos de muito curto prazo		1 703
Dívidas associadas		26
Créditos a prazo sobre instituições de crédito	2 148 422	3 346 366
Contas e empréstimos a prazo	2 127 801	3 320 242
Dívidas associadas	20 621	26 124
Total das dívidas a instituições de crédito (*)	2 197 416	3 422 263
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>87 321</i>	<i>95 681</i>

Decomposição por duração residual	12/2011	12/2010
Inferior a 3 meses	1 575 677	2 009 145
De 3 a 12 meses	122 749	413 558
De 1 a 5 anos	338 990	999 560
Superior a 5 anos	160 000	
Total das dívidas a instituições de crédito	2 197 416	3 422 263

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2011	12/2010
França	1 918 671	3 093 003
União Europeia (excepto França)	191 282	263 894
Resto do mundo	87 463	65 366
Total das dívidas a instituições de crédito	2 197 416	3 422 263

- O valor contabilístico dos créditos e títulos dados como garantia pelo RCI Banque à *Société de Refinancement des Activités des Etablissements de Crédit (SFEF)* como contrapartida de um financiamento de 785 milhões de euros ascende, em 31 de Dezembro de 2011, a 718 milhões de euros.
- O saldo do financiamento concedido pelo Banco de França como contrapartida dos créditos e títulos mobilizados ascende a 350 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 450 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

Nota 12 : Operações com clientes**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Dívidas à vista em operações com clientes	86 030	157 565
Contas ordinárias credoras	85 866	157 022
Adiantamentos e outros montantes a débito	158	533
Dívidas associadas	6	10
Dívidas a prazo em operações com clientes	817 161	626 895
Contas ordinárias credoras a prazo	815 803	626 477
Dívidas associadas	1 358	418
Total das operações com clientes (*)	903 191	784 460
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>855 101</i>	<i>692 106</i>

Decomposição por duração residual	12/2011	12/2010
Inferior a 3 meses	308 274	215 196
De 3 a 12 meses	11 937	12 052
De 1 a 5 anos	32 980	557 212
Superior a 5 anos	550 000	
Total das operações com clientes	903 191	784 460

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2011	12/2010
França	806 610	675 704
União Europeia (excepto França)	41 784	100 623
Resto do mundo	54 797	8 133
Total das operações com clientes	903 191	784 460

Nota 13 : Dívidas tituladas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Dívidas tituladas	12 834 317	10 150 206
Empréstimos obrigacionistas	9 993 265	6 967 936
Títulos de créditos negociáveis	2 841 052	3 182 270
Dívidas associadas a dívidas tituladas	222 342	145 320
Empréstimos obrigacionistas	219 896	143 168
Títulos de créditos negociáveis	2 446	2 152
Total de dívidas tituladas	13 056 659	10 295 526

Decomposição por duração residual	12/2011	12/2010
Inferior a 3 meses	3 285 159	2 544 745
De 3 a 12 meses	2 499 172	2 776 636
De 1 a 5 anos	7 272 328	4 274 145
Superior a 5 anos		700 000
Total de dívidas tituladas	13 056 659	10 295 526

Todas estas operações são realizadas a partir de França

Nota 14 : Outros rubricas de passivo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Estado	42 141	19 214
Dívidas sociais	5 040	5 202
Credores diversos	88 363	83 402
Dívidas associadas a credores diversos	53 784	47 714
Depósitos de garantia recebidos em operações de leasing e similares	23 631	
Total de outros passivos	212 959	155 532

Nota 15 : Contas de regularização

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Proveitos a repartir por prémios de emissão de empréstimos	639	1 054
Acréscimo de proveitos em operações de leasing e similares	10	53
Acréscimo de proveitos em operações com clientes	2	
Outros proveitos acrescidos	623	1 576
Contas de ajustamento cambial	1	
Custos a pagar em swaps e IFTs	54 345	50 339
Outras contas de regularização passivas	7 449	3 183
Total das contas de regularização	63 069	56 205

Nota 16 : Provisões

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2010	Aumentos	Reduções/Reversões		Outras variações (*)	12/2011
			Utilizadas	Não utilizadas		
Provisões para operações bancárias	62 296	1 421	(6 352)		(1)	57 364
Litígios com clientes	2 594	90	(65)			2 619
Operações financeiras		1			(1)	
Riscos de país	59 702	1 330	(6 287)			54 745
Provisões para operações não bancárias	31 531	4 451	(4 011)	(5 647)	(1)	26 323
Responsabilidades com reformas	2 157	742	(72)	(38)		2 789
Planos sociais e de reestruturação	9 809		(2 819)	(2 688)		4 302
Outros litígios com o pessoal		187	(143)			44
Outros riscos e encargos	19 565	3 522	(977)	(2 921)	(1)	19 188
Total das provisões	93 827	5 872	(10 363)	(5 647)	(2)	83 687

(*) Outras variações = Reclassificações e efeitos de variações cambiais

Como nenhum dos litígios conhecidos em que a sociedade se encontra envolvida deverá dar lugar a perdas significativas, não foram constituídas provisões.

Nota 16.1: Provisões para responsabilidades com pensões e similares (Em milhares de euros)

Ventilação por natureza	Valor atuarial das responsabilidades	Valor atuarial dos fundos investidos	Responsabilidades líquidas de fundos	Desvios atuariais	Provisão em Balanço
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2 305	0	2 305	(22)	2 283
Encargos líquidos do exercício 2010	52		52		52
	(178)		(178)		(178)
Prestações e contribuições pagas	(74)		(74)	(74)	
Diferenças atuariais					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2 105	0	2 105	52	2 157
Encargos líquidos do exercício 2011	171		171		171
	(80)		(80)		(80)
Prestações e contribuições pagas	128		128	(128)	
Diferenças atuariais	541		541		541
Efeito das reestruturações e outras					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2 865	0	2 865	(76)	2 789

Principais hipóteses actuariais consideradas	12/2011	12/2010
Idade de reforma	59 ans	58 ans
Evolução dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de actualização financeira	4,25%	4,44%
Taxa de saída dos trabalhadores da empresa	2,50%	1,90%

Nota 16.2 : Provisões constituídas para cobertura de um risco de contraparte (Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2010	Aumentos	Reversões/Reversos	Outras variações (*)	12/2011
Imparidade	351 908	61 496	(97 194)	(15)	316 195
Operações com clientes	317 717	49 957	(76 750)	(15)	290 909
Operações com títulos	34 191	11 539	(20 444)		25 286
Provisões para operações bancárias	62 296	1 421	(6 352)	(1)	57 364
Litígios com clientes	2 594	90	(65)		2 619
Operações financeiras		1		(1)	
Riscos de país	59 702	1 330	(6 287)		54 745
Total	414 204	62 917	(103 546)	(16)	373 559

(*) Outras variações = Reclassificações e efeitos de variações cambiais

Nota 17 : Dívidas subordinadas**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Empréstimos subordinados	250 000	250 000
Dívidas associadas a empréstimos subordinados	1 468	1 108
Total de dívidas subordinadas	251 468	251 108

As dívidas subordinadas correspondem a uma emissão pública de 250 milhões EUR com uma duração de 10 anos (reembolso concluído em 07/04/2015) e à taxa de juro Euribor 3 meses + 04.

Nota 18 : Capitais Próprios**(Em milhares de euros)**

Decomposição por natureza	12/2010	Aplicação de resultados	Varição 2010	12/2011
Capital subscrito	100 000			100 000
Prémios de emissão e de fusão	258 807			258 807
Reserva legal	10 000			10 000
Outras reservas	7 403		2 211	9 614
Diferenças de reavaliação	76			76
Resultados transitados	864 236	(67 441)		796 795
Resultado do exercício	282 559	(282 559)	368 656	368 656
Total dos capitais próprios	1 523 081	(350 000)	370 867	1 543 948

A Renault SAS detém 999.992 ações ou seja 99,99% do capital da sociedade RCI Banque.

Nota 19 : Compromissos assumidos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Compromissos de financiamento	1 000 242	1 903 372
Abertura de créditos confirmados em favor de instituições de crédito	600 000	78 500
Outros compromissos assumidos perante instituições de crédito		17 600
Abertura de créditos confirmados em favor de clientes	400 242	1 807 272
Garantias prestadas	1 792 961	2 757 505
Cauções, avais e outras garantias à ordem de instituições de crédito	1 667 667	2 550 600
Cauções, avais e outras garantias à ordem de clientes	125 294	206 905
Compromissos sobre títulos		80 000
Títulos a entregar a prazo		80 000
Outros compromissos assumidos	2 014 666	2 085 072
Valores dados em garantia	2 014 666	2 085 072
Total dos compromissos assumidos (*)	4 807 869	6 825 949
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>891 591</i>	<i>2 232 573</i>

Os outros compromissos assumidos correspondem aos créditos e títulos dados em garantia ao Banco Central com vista à obtenção do empréstimo associado à mobilização.

Foi registado um compromisso de garantia em favor de uma instituição de crédito no montante de 718 milhões d'euros, que corresponde aos créditos DIAC e COGERA dados em garantia à *Société de Refinancement des Activités des Etablissements de Crédit (SFEF)* como contrapartida pelos empréstimos concedidos por esta ao RCI Banque.

Nota 20 : Compromissos recebidos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Compromissos de financiamento	6 185 180	6 163 772
Abertura de créditos confirmados recebidos de instituições de crédito	6 163 285	6 163 772
Outros compromissos recebidos de instituições de crédito	21 895	
Garantias recebidas	2 116 567	2 528 605
Cauções, avais e outras garantias recebidas de instituições de crédito	759 407	1 263 993
Cauções, avais e outras garantias recebidas de clientes	619 325	621 691
Compromissos de retoma de veículos locados	737 835	642 921
Total dos compromissos recebidos (*)	8 301 747	8 692 377
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>1 382 215</i>	<i>617 588</i>

No exercício, foi registado um compromisso de financiamento aceite pelo Banco Central no montante de 1.665 milhões de euros contra 1.635 milhões de euros no exercício anterior.

Nota 21 : Instrumentos financeiros a prazo e câmbios à vista

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Book value 12/11	Fair value 12/11
Cobertura do risco cambial					
<u>Swap de divisas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de divisas		570 415		570 415	606 093
Vendas (empréstimo) de swaps de divisas		629 920		629 920	615 723
<u>Operações cambiais a prazo</u>					
Compras cambiais a prazo	1 222 917			1 222 917	1 222 431
Vendas cambiais a prazo	1 217 678			1 217 678	1 216 880
<u>Operações cambiais à vista</u>					
Compras cambiais à vista	792			792	792
Vendas cambiais à vista	1 454			1 454	1 454
<u>Operações em divisas</u>					
Divisas obtidas p/ emp. ainda n recebidas	1 122			1 122	1 122
Divisas emprestadas ainda não entregues	1 122			1 122	1 122
Cobertura do risco de taxas					
<u>Swap de taxas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de taxas	8 674 760	8 210 474		16 885 234	16 947 040
Vendas (empréstimo) de swaps de taxas	8 674 760	8 210 474		16 885 234	16 626 461

Decomposição por natureza	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Book value 12/10	Fair value 12/10
Cobertura do risco cambial					
<u>Swap de divisas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de divisas	115 697	8 377		124 074	124 105
Vendas (empréstimo) de swaps de divisas	148 042	11 971		160 013	159 752
<u>Operações cambiais a prazo</u>					
Compras cambiais a prazo	523 321			523 321	522 882
Vendas cambiais a prazo	532 804			532 804	532 266
<u>Operações cambiais à vista</u>					
Compras cambiais à vista	1 084			1 084	1 084
Vendas cambiais à vista	703			703	703
<u>Operações em divisas</u>					
Divisas obtidas p/ emp. ainda n recebidas	1 258			1 258	1 258
Divisas emprestadas ainda não entregues	36 111			36 111	36 111
Cobertura do risco de taxas					
<u>Swap de taxas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de taxas	8 494 357	6 345 019	599 999	15 439 375	15 564 568
Vendas (empréstimo) de swaps de taxas	8 494 357	6 345 019	599 999	15 439 375	15 453 833
<u>Forward Rate Agreement (FRA)</u>					
Compras de FRAs	1 100 000			1 100 000	1 099 100

Nota 22 : Activos e passivos em divisas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Contravalor em euros dos activos em divisas	2 148 255	1 964 183
Contravalor em euros dos passivos em divisas	1 983 699	1 067 452

Nota 23 : Juros e proveitos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Juros e proveitos em operações com instituições de crédito	263 137	331 068
Juros e proveitos em operações com clientes	380 636	360 800
Juros e proveitos em obrigações e outros títulos de rendimento fixo	140 078	105 384
Juros e proveitos noutras operações	795	
Total de juros e proveitos similares	784 646	797 252

Nota 24 : Juros e custos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Juros e custos em operações com instituições de crédito	(118 154)	(208 530)
Juros e custos em operações com clientes	(91 507)	(85 922)
Juros e custos em obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(425 022)	(319 047)
Juros e custos em dívidas subordinadas	(5 742)	(3 897)
Total de juros e custos similares	(640 425)	(617 396)

Nota 25 : Resultado sobre operações de locação e assimiladas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Proveitos de operações de leasing e similares	394 787	325 076
Rendas	366 794	297 840
Juros de mora	1 888	1 151
Mais-valias na cessão de activos fixos	26 464	26 486
Perdas em créditos incobráveis (parte de juros)	(663)	(1 000)
Redução de provisões	988	1 491
Aumento de provisões	(684)	(892)
Despesas com operações de leasing e similares	(334 700)	(273 758)
Aumento de amortizações	(302 210)	(250 816)
Diferimento de comissões e outras despesas pagas	(12 404)	(57)
Menos-valias na cessão de activos fixos	(20 086)	(22 885)
Total de operações de leasing e similares	60 087	51 318

Nota 26 : Rendimentos de títulos de rendimento variável

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Rendimentos da carteira de investimento	137 532	117 422
Rendimentos de participações em empresas associadas	166 634	125 303
Total dos rendimentos de títulos de rendimento variável	304 166	242 725

Nota 27 : Lucros ou perdas sobre op. das carteiras de colocação e negociação (Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Ganhos e perdas em operações de carteiras de negociação	(79)	135
Operações cambiais	(79)	135
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	10 643	1 706
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	(200)	(5 300)
Aumento de provisões	(9 601)	(32 788)
Redução de provisões	20 444	39 794
Total de ganhos e perdas em operações financeiras	10 564	1 841

Nota 28 : Outros proveitos operacionais

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Outros proveitos de exploração bancária	90 045	90 172
Transferências de custos (nomeada/ indemn. recebidas por sinistros de veículos)	2 505	2 514
Operações conjuntas	11 722	9 605
Outros proveitos de exploração bancária	75 818	78 053
Outros proveitos de exploração não bancária	6 191	12 219
Proveitos de prestações de actividades de serviço	1 453	4 058
Receitas de patentes	184	183
Operações conjuntas	2 026	2 139
Outros proveitos de exploração não bancária	2 528	5 839
Total de outros proveitos operacionais	96 236	102 391

Nota 29 : Outros custos operacionais

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Outros custos de exploração bancária	(19 352)	(27 700)
Operações conjuntas		(21)
Outros custos de exploração bancária	(19 352)	(27 921)
Variação de provisões para riscos e custos de exploração bancária		242
Outros custos de exploração não bancária	921	936
Custos com patentes	(512)	(511)
Custos de prestações de actividades de serviço	(882)	(3 215)
Outros custos de exploração não bancária	(285)	(535)
Variação de provisões para riscos e custos de exploração não bancária	2 600	5 197
Total de outros custos operacionais	(18 431)	(26 764)

Nota 30 : Custos gerais de exploração

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Despesas com pessoal	(75 438)	(71 166)
Salários e remunerações	(42 601)	(40 025)
Encargos sociais com reformas	(4 586)	(3 835)
Outros encargos sociais	(10 915)	(9 574)
Refacturação de despesas com pessoal	(19 881)	(14 990)
Outras despesas com pessoal	2 545	(2 742)
Outras despesas administrativas	(94 258)	(88 135)
Impostos e taxas	(9 549)	(7 309)
Trabalhos, fornecimentos e serviços externos	(42 480)	(38 409)
Comissões não diferidas pagas à rede comercial	(22 523)	(27 171)
Variação das provisões para outras despesas administrativas	(1 270)	940
Refacturação das despesas administrativas	(18 397)	(15 601)
Outras despesas administrativas	(39)	(585)
Total de outros custos operacionais gerais (*)	(169 696)	(159 301)

(*) incluindo honorários do revisor oficial de contas

(841)

(849)

Os órgãos de administração e de direcção não são remunerados pelo exercício dos respetivos mandatos.

Efectivo médio	12/2011	12/2010
França		
União Europeia (excepto França)	793	757
Resto do mundo	15	13
Total	808	771

Nota 31 : Custo do risco por categoria de cliente

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Custo do risco de operações de leasing	(940)	(4 631)
Aumento de provisões	(5 645)	(6 287)
Redução de provisões	7 316	9 833
Créditos abandonados	(7 340)	(9 923)
Recuperação de créditos amortizados	4 729	1 746
Custo do risco de operações de crédito	(2 749)	8 519
Aumento de provisões	(42 356)	(90 715)
Redução de provisões	65 919	133 929
Créditos abandonados	(35 560)	(38 991)
Recuperação de créditos amortizados	9 248	4 296
Custo do risco de outras operações com clientes		(62)
Redução de provisões		24
Créditos abandonados		(86)
Custo do risco de carteira de títulos		
Aumento de provisões	(1)	
Recuperação de créditos amortizados	1	
Custo do risco de outras operações	4 932	(45 083)
Aumento de provisões	(1 420)	(47 387)
Redução de provisões	6 352	2 304
Total do custo do risco	1 243	(41 257)

Nota 32 : Ganhos ou perdas líquidas com activos fixos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2011	12/2010
Ganhos e perdas em activos financeiros	21 034	(23 079)
Ganhos e perdas em activos tangíveis		(15)
Total dos ganhos e perdas em activos fixos	21 034	(23 094)

Em 2011, o RCI registou um excedente de fusão de 22 972 mil euros correspondente à constituição da sucursal na Áustria.

Em 2010, o RCI havia registado uma perda 11. 879 mil euros na fusão com a entidade RFH.

Nota 33 : Imposto sobre os lucros

Esta rubrica engloba os impostos sobre lucros devidos às administrações fiscais por conta do exercício, conforme as regras e taxas de tributação em vigor nos diferentes países.

As sucursais são taxadas no respetivo país de exercício de atividade.

Relativamente às suas atividades em França, o RCI Banque encontra-se incluído no perímetro de integração fiscal da RENAULT SAS. A este título, os seus resultados fiscais são integrados nos da sociedade-mãe, a quem paga o respetivo imposto sobre os lucros. O princípio adotado é que a carga fiscal do RCI Banque é idêntica à que o RCI Banque suportaria se não fosse membro do Grupo.

Nota 34 : Resultado por sectores de actividade

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza e por zona geográfica de implantação	França	UE (excepto França)	Resto do mundo	Total12/11
Financiamento de Clientes				
Produto líquido bancário		264 903		264 903
Resultado operacional bruto		160 548		160 548
Resultado operacional		159 791		159 791
Resultado corrente antes de impostos		159 791		159 791
Financiamento de Redes				
Produto líquido bancário		74 264	7 843	82 107
Resultado operacional bruto		57 189	6 393	63 582
Resultado operacional		54 523	6 103	60 626
Resultado corrente antes de impostos		54 523	6 103	60 626
Outras actividades				
Produto líquido bancário	254 159			254 159
Resultado operacional bruto	206 176			206 176
Resultado operacional	211 132			211 132
Resultado corrente antes de impostos	232 166			232 166
Todas as actividades				
Produto líquido bancário	254 159	339 167	7 843	601 169
Resultado operacional bruto	206 176	217 737	6 393	430 306
Resultado operacional	211 132	214 314	6 103	431 549
Resultado corrente antes de impostos	232 166	214 314	6 103	452 583

Decomposição por natureza e por zona geográfica de implantação	França	UE (excepto França)	Resto do mundo	Total12/10
Financiamento de Clientes				
Produto líquido bancário		248 967		248 967
Resultado operacional bruto		139 110		139 110
Resultado operacional		245 091		245 091
Resultado corrente antes de impostos		240 451		240 451
Financiamento de Redes				
Produto líquido bancário		64 557	7 060	71 617
Resultado operacional bruto		49 093	5 764	54 857
Resultado operacional		(53 225)	6 195	(47 030)
Resultado corrente antes de impostos		(55 084)	6 195	(48 889)
Outras actividades				
Produto líquido bancário	239 464			239 464
Resultado operacional bruto	205 210			205 210
Resultado operacional	159 859			159 859
Resultado corrente antes de impostos	143 264			143 264
Todas as actividades				
Produto líquido bancário	239 464	313 524	7 060	560 048
Resultado operacional bruto	205 210	188 203	5 764	399 177
Resultado operacional	159 859	191 866	6 195	357 920
Resultado corrente antes de impostos	143 264	185 367	6 195	334 826

MAPA DAS FILIAIS E DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

Lista das participações com valor superior a 1% do capital da sociedade (em milhares EUR e referencial IFRS)	País	Capital social	Capitais próprios (excepto capital social)	% de participação	Resultado líquido do último exercício
Filiais detidas a + de 50%					
RCI Financial Services BV	Pays-Bas	1 500	104	100,00%	8 300
RCI Finance SA	Suisse	3 291	42 204	100,00%	8 899
RCI Bank Polska SA	Pologne	39 255	3 811	100,00%	5 958
Courtage SA	Argentine	5	17	95,00%	2 117
RCI Financial Services Limited	GB	107 746	16 358	100,00%	33 178
RCI Leasing Romania SLR	Roumanie	1 043	644	100,00%	1 695
Renault Crédit RT	Hongrie	254	5 579	100,00%	1 326
RCI Finance SA	Maroc	11 073	4 510	100,00%	1 872
Renault Nissan Finance RUS LLC	Russie	838	1 905	100,00%	8 342
RCI Usluge d.o.o	Croatie	2	0	100,00%	0
RCI Finance CZ SRO	R. Tchèque	5 895	7 424	100,00%	747
RCI Koréa Co. Ltd	Corée	50 377	168 737	100,00%	41 608
Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	Brésil	185 501	30 580	60,12%	26 660
Rombo Compania Financiera	Argentine	10 774	15 690	60,00%	10 746
Diac	France	61 000	216 936	100,00%	120 328
Renault Autofin SA	Belgique	800	16 923	100,00%	6 437
RCI Gest IFIC AS	Portugal	13 723	10 481	100,00%	562
RCI Financial Services SA	Belgique	1 100	316	100,00%	489
Renault Crédit Polska	Pologne	15 590	2 193	100,00%	3 069
Renault leasing CZ SRO	R. Tchèque	2 715	37 946	50,00%	7 449
Companhia de CFI Renault do Brasil	Brésil	60 322	53 695	60,09%	26 471
Administradora de Consorcio Renault do Brasil	Brésil	3 010	976	99,92%	166
RCI Services Ltd Malte	Malte	10 000	(94)	100,00%	(48)
Octave Investissements	Luxembourg	32	366 458	100,00%	18 906
Overlease Espagne	Espagne	6 000	1 405	100,00%	1 877
Participações entre 10% e 50%					
Nissan Renault Finance Mexico SA de C.V.	Mexique	49 077	158 363	15,00%	35 358
ORFIN Finansman Anonim Sirketi	Turquie	38 065	0	50,00%	0

Informações globais sobre todas as filiais e participações (milhares EUR)	Filiais		Participações		Outras sociedades	
	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras
Valor contabilístico bruto dos títulos detidos	169 995	797 013		37 172		13
Valor contabilístico líquido dos títulos detidos	169 995	783 676		36 960		13
Empréstimos e adiantamentos concedidos pela sociedade	1 954 622	2 617 456		36 085		
Cauções e avais prestados pela sociedade		210 792				
Dividendos encaixados pela sociedade	81 080	78 123		2 639		

DELOITTE & ASSOCIÉS

ERNST & YOUNG Audit

EXEMPLAR PARA ASSINAR
E DEVOLVER A E&Y

RCI Banque

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

**Relatório dos Revisores Oficiais de Contas
sobre as contas anuais**

DELOITTE & ASSOCIÉS
185, avenue Charles-de-Gaulle
B.P. 136
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex
S.A. com capital social de € 1.723.040

Revisor Oficial de Contrás
Membro da Câmara
regional de Versailles

ERNST & YOUNG Audit
1/2, place des Saisons
92400 Courbevoie - Paris-La Défense 1
S.A.S. com capital variável

Revisor Oficial de Contrás
Membro da Câmara
regional de Versailles

RCI Banque

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas anuais

Aos Accionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido pelas vossas Assembleias Gerais, apresentamos o nosso relatório relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, sobre:

- a fiscalização das contas anuais da sociedade RCI Banque, conforme anexadas ao presente relatório;
- a justificação das nossas apreciações ;
- as verificações e informações específicas previstas pela lei.

As contas anuais foram preparadas pelo Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em emitir uma opinião sobre essas contas, baseada no nosso exame.

I. Opinião sobre as contas anuais

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França, as quais exigem que o mesmo seja executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem ou através de outros métodos de seleção, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras; a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas significativas utilizadas na preparação das contas e a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Certificamos que as demonstrações financeiras apresentam, à luz das regras e princípios contabilísticos franceses, de forma verdadeira e apropriada o resultado das operações do exercício findo, assim como a posição financeira e patrimonial da sociedade no fim desse exercício.

II – Justificação das nossas apreciações

As estimativas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram realizadas num ambiente de incerteza, devido à crise das finanças públicas de alguns países da zona euro (especialmente da Grécia), que se acompanha de uma crise económica e de uma crise de liquidez, tornando difícil a definição de perspectivas económicas. Tais condições estão descritas na nota 2 do anexo às contas anuais. Foi neste contexto que, nos termos do artigo L 823.9 do Código de Comércio francês relativo à justificação das nossas apreciações, temos a comunicar os seguintes elementos:

Estimativas contabilísticas

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir riscos de crédito inerentes às suas actividades, conforme referido nas notas I-B do anexo.

No âmbito da nossa análise das estimativas relevantes utilizadas na elaboração das contas, procedemos à revisão dos processos implementado pela administração para identificar tais riscos, avaliá-los e determinar o respectivo nível de cobertura por provisões no activo e no passivo do balanço.

Examinámos a análise dos riscos ocorridos com base numa selecção de devedores individuais, bem como, em relação a uma selecção de carteiras avaliadas colectivamente, os dados e os parâmetros em que a vossa empresa baseou as suas estimativas.

As apreciações assim registadas integram-se no âmbito do nosso processo global de auditoria às contas anuais e contribuíram para a formação da nossa opinião expressa na primeira parte do presente relatório.

III – Verificações e informações específicas

Efectuámos ainda, de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França, as verificações específicas previstas pela lei.

Não temos qualquer observação a formular sobre a sinceridade e a concordância com as demonstrações financeiras das informações apresentadas no relatório de gestão do Conselho de Administração e nos documentos enviados aos accionistas sobre a posição financeira e as demonstrações financeiras.

No que se refere às informações prestadas nos termos do artigo L. 225-102-1 do Código de Comércio francês, sobre as remunerações e as regalias sociais pagas aos mandatários sociais, bem como sobre as responsabilidades assumidas a favor dos mesmos, verificámos a sua concordância com as contas ou com os dados que serviram para a elaboração dessas contas e, se for caso disso, com os elementos recolhidos pela vossa sociedade junto das sociedades que dominam a vossa sociedade ou dominadas por ela. Com base nestes trabalhos, declaramos que tais informações são exatas e verdadeiras.

Neuilly-su-Seine e Paris-La Défense, 23 de fevereiro de 2012

O Revisor Oficial de Contas

DELOITTE & ASSOCIÉS

ERNST & YOUNG Audit

[Assinado: ilegível]

[Assinado: ilegível]

Charlotte Vandeputte

Micha Missakian